



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

**ATA**

**DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº.  
019/2023/CPLO/SUPEL/RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0021.058331/2023-95/PM/RO**

**OBJETO: Construção de Garagem na sede da 3ª Companhia de Polícia Militar no Município de Colorado do Oeste/RO.**

Aos **treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três às onze horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pelas **Portarias nº 05 de 16 de janeiro de 2023 e 152 de 07 de dezembro de 2023**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **PSV CONSTRUÇÕES LTDA**, contra decisão da Comissão de Licitação que a inabilitou em Ata de Reunião de 27.11.2023, e disponibilizado no site endereço eletrônico [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel) na mesma data.

**I- DAS PRELIMINARES**

- 1.) Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **PSV CONSTRUÇÕES LTDA**, contra o resultado do julgamento da documentação de habilitação referente à **TOMADA DE PREÇOS Nº. 019/2023/CPLO/SUPEL/RO**.
- 2.) CONTRARRAZÕES – não houve interesse por parte das empresas participantes do certame em contrarrazoar.
- 3.) Recurso administrativo com base na Lei Federal nº 8.666/93.

**II- DAS FORMALIDADES**

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o Aviso de Recurso ID (0044157939) e o recurso administrativo na íntegra no “site” da SUPEL – [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel).

**III- DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

A empresa **PSV CONSTRUÇÕES LTDA**, insurge-se contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou na primeira fase da licitação por não comprovar qualificação técnica operacional para os

serviços de "Execução de passeio(calçada) ou piso de concreto", "Execução concretagem de pilares", "Execução de alvenaria" e "Execução de telhamento com telha ondulada de fibrocimento", descumprindo assim o item 16.4, alínea "d", combinado com o item 19.2, alínea "a", ambos do Edital, alegando o que segue:

1) a empresa requerente define em seu recurso " capacitação técnico operacional" como: (...) a experiência a ser verificada é a da pessoa licitante, devendo comprovar, enquanto organização empresarial, sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (...)

2) a empresa requerente elenca os serviços executados, afirmando que estão em conformidade com o exigido para a qualificação técnica descritos no edital, a saber:

1) Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto: Total exigido: 39m<sup>2</sup>; Total executado: 226,18m<sup>2</sup> (vide Atestados: fls. 39 - 30,5m<sup>2</sup>; fls. 42 - 194,14m<sup>2</sup>; fls. 46 - 1,54m<sup>2</sup>)

2) Execução concretagem de pilares: Total exigido: 4,5m<sup>3</sup>; Total executado: 10,65m<sup>3</sup> (vide Atestados: fls. 35 - 2,27m<sup>3</sup>; fls. 42 - 5,58m<sup>3</sup>; fls. 47 - 2,8m<sup>3</sup>)

3) Execução de alvenaria: Total exigido: 34m<sup>2</sup>; Total executado: 591,74m<sup>2</sup> (vide Atestados: fls. 36 - 214,15m<sup>2</sup>; fls. 43 - 376,56m<sup>2</sup>; fls. 46 - 1,03m<sup>2</sup>)

4) Execução de telhamento com telha ondulada de fibrocimento: Total exigido: 62m<sup>2</sup>; Total executado: 518,13 m<sup>2</sup> (vide Atestados: fls. 37 - 220,8 m<sup>2</sup>; fls. 43 - 209,32m<sup>2</sup>; fls. 48 - 88,01m<sup>2</sup>)

3) Ainda em no recurso destaca que: (...) todos os Atestados de Capacidade Técnica apresentados pela recorrente indicam o respectivo número da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, bem ainda estão acompanhados das pertinentes ART's e Acervo Técnico do Profissional, tudo em atendimento ao item 16.4, alínea "d" - "d.1", do Edital Tomada de Preços nº 019/2023/CPLO/SUPEL/RO (...).

4) E ainda que: (...) destacar que a Lei não exige, para qualificação técnica, que os serviços prestados sejam "IDÊNTICOS" aos exigidos no Edital, mas sim "SIMILARES, EQUIVALENTES"(...).

Nesse contexto, a empresa **PSV CONSTRUÇÕES LTDA** pugna pelo provimento do recurso interposto, e que a Comissão de Licitação reforme a decisão anteriormente proferida em ata, possibilitando a requerente participação na segunda fase do certame.

#### IV- DA ANÁLISE DOS FATOS quanto ao RECURSO:

Após analisar o recurso interposto, a Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, **DECIDIU REFORMAR sua decisão proferida em Ata do dia 27.11.2023 e AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO** publicado e disponibilizado no dia 28/11/2023 no **DIOF/RO Nº 223** e, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, "caput", vinculado as condições do edital. Senão vejamos:

Reza o edital no 16.4, alínea "d":

##### 16.4 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

d) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução de obra com características semelhante ao objeto da licitação, contendo, no mínimo, a execução dos serviços abaixo relacionados, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos:

- Execução de passeio(calçada) ou piso de concreto: 39 m<sup>2</sup>;
- Execução concretagem de pilares: 4,5 m<sup>3</sup>;
- Execução de alvenaria: 34 m<sup>2</sup>;
- Execução de telhamento com telha ondulada de fibrocimento: 62 m<sup>2</sup>;

Embora esta Comissão de Licitação ao proceder com a análise da documentação de habilitação apresentada pela empresa requerente tenha constatado a execução dos serviços descritos acima, decidiu por inabilitá-la motivada pela não autenticação dos mesmos, conforme previsto no escopo editalício item 19.2 alínea “a”.

#### 19.2 - APRECIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

a) A Comissão de Licitação, no ato do exame das documentações apresentadas, considerará, além da absoluta indispensabilidade da presença de todas as peças e dados exigidos, sem o que será a proponente de logo inabilitado, a suficiência das informações oferecidas, a **autenticidade e a validade dos documentos** incluídos e a bastante demonstração da Capacidade Jurídica, da Capacidade Técnica, da Idoneidade Financeira e da Regularidade Fiscal da ofertante, na conformidade dos indicadores definidos neste Edital. *(Grifo Nosso)*

Entendimento dos tribunais acerca de documentos sem assinatura:

**TJ-DF - XXXXX20218070003 1429602**

**Jurisprudência • Acórdão • MOSTRAR DATA DE PUBLICAÇÃO**

**APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. ASSINATURA DIGITAL. IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO DA VALIDADE. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. CABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA.** 1. Os títulos executivos extrajudiciais aptos a embasar o feito executivo são aqueles documentos que, pela forma que são constituídos e pelas garantias de que se revestem, ostentam um grau de certeza que permite a instauração da execução sem prévia fase cognitiva. A validade da declaração de vontade não depende de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir, nos termos do art. 107 do CC/02 . 2. A Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil foi instituída pela Medida Provisória nº 2.200 -2/2001, com vistas a garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos eletrônicos. O art. 10 da norma dispõe que os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, enquanto as assinaturas eletrônicas que utilizem certificados não emitidos no âmbito da ICP-Brasil podem ser considerados válidas quando assim admitido pelas partes ou aceito pela pessoa a quem o documento for oposto. 3. No caso, é incontroverso que as assinaturas constantes do título executado, certificadas pela empresa Clicksing, não foram produzidas com a utilização do processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil; portanto, não ostentam presunção de veracidade, consoante o art. 10 da MP nº 2.200 -2/2001. 4. E, em consulta ao site da Clicksign, entidade certificadora identificada no documento assinado eletronicamente, não é possível confirmar a validade das assinaturas nele apostas. 5. Nesse contexto, mostra-se correta a extinção da Execução sem resolução de mérito, com fulcro nos artigos 485 , IV , c/c 783 do CPC/15 , diante da ausência de certeza quanto à validade das assinaturas eletrônicas constantes do título. 6. Apelação conhecida e não provida.

Ocorre que ao reexaminar a documentação de habilitação apresentada, a CPLO constatou a devida assinatura digital em todos os atestados de capacidade técnica, e ainda, o recurso impetrado pela empresa requerente **PSV CONSTRUÇÕES LTDA** acompanhado da verificação de autenticidade das assinaturas eletrônicas no site [gov.br](http://gov.br) e autenticações PRINT UBS.

Portanto comprovada a aptidão técnica operacional da empresa requerente **PSV CONSTRUÇÕES LTDA**.

O posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b): “As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, **devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado.** (Grifo nosso)”

A Corte de Contas do Estado de São Paulo adota o entendimento a favor sobre a exigência da qualificação operacional: *SÚMULA Nº 24 – Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.*

## V – DA CONCLUSÃO:

De tudo quanto dito, esta Comissão de Licitação conhece o Recurso Administrativo interposto, para **dar-lhe provimento**, REFORMANDO a decisão anteriormente proferida em Ata de Reunião datada em 27.11.2023, **INABILITADA** a empresa **V & J CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS PARA A AMAZÔNIA LTDA - ME** e **HABILITADAS** as empresas: **PSV CONSTRUÇÕES LTDA**, **PILAR CONSTRUÇÕES EIREL** e **VALLEN PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA**. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada, assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho/RO. Aos **treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três às onze horas e quarenta minutos**.

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

**ERALDA ETRA MARIA LESSA**

Presidente

**NADIANE DA COSTA LAIA**

Membro

**MARIA CAROLINA DE CARVALHO**

Membro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 13/12/2023, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CAROLINA DE CARVALHO, Membro**, em 13/12/2023, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 14/12/2023, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0044405372** e o código CRC **3A2EE79C**.

---

**Referência:** Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0021.058331/2023-95

SEI nº 0044405372